

INCLUSÃO ESCOLAR E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

RESUMO

Este trabalho apresenta uma revisão bibliográfica acerca da relação entre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e os processos de inclusão escolar no contexto educacional brasileiro. O estudo toma como marco legal a promulgação da Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. O objetivo central é analisar o estado da produção científica sobre autismo e educação nos últimos anos, com ênfase nas práticas pedagógicas, na formação docente e nos desafios da inclusão efetiva.

A pesquisa foi realizada a partir de bases científicas nacionais relevantes, utilizando descritores relacionados ao autismo, educação, ensino e inclusão. Os resultados indicam que, embora haja avanços legais e crescimento do debate acadêmico, persistem lacunas significativas quanto à capacitação de professores, à adequação curricular e à implementação de metodologias pedagógicas integradas. Conclui-se que a inclusão escolar de estudantes com TEA exige abordagens interdisciplinares, políticas públicas efetivas e uma concepção de educação integral que respeite as singularidades do sujeito.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Inclusão Escolar. Educação Integral.

ABSTRACT

This study presents a bibliographic review on Autism Spectrum Disorder (ASD) and school inclusion within the Brazilian educational context. The research is grounded on the enactment of Law No. 12,764/2012, known as the Berenice Piana Law, which established the National Policy for the Protection of the Rights of Persons with Autism Spectrum Disorder. The main objective is to analyze the state of scientific production on autism and education in recent years, focusing on pedagogical practices, teacher training, and the challenges of effective inclusion.

The investigation was conducted using relevant national scientific databases and descriptors related to autism, education, teaching, and inclusion. The findings reveal that, despite legal progress and increased academic discussion, significant gaps remain regarding teacher preparation, curricular adaptation, and the implementation of integrated pedagogical methodologies. The study concludes that inclusive education for students with ASD requires interdisciplinary approaches, effective public policies, and a comprehensive educational framework that acknowledges individual diversity.

Keywords: Autism Spectrum Disorder. School Inclusion. Integral Education.



INTRODUÇÃO

O debate sobre o Transtorno do Espectro Autista e sua inserção no sistema educacional tem se intensificado nas últimas décadas, especialmente em razão do aumento dos diagnósticos e da ampliação do marco legal voltado à inclusão. As características do TEA, que envolvem desafios na comunicação, na interação social e nos padrões comportamentais, impactam diretamente o processo de ensino-aprendizagem e exigem da escola uma reorganização estrutural, pedagógica e formativa.

A inclusão escolar não se limita ao acesso físico do estudante com TEA ao ambiente escolar, mas pressupõe a construção de práticas pedagógicas capazes de garantir aprendizagem, participação e desenvolvimento integral. Nesse sentido, compreender o transtorno, suas manifestações e suas particularidades torna-se condição essencial para a efetivação de uma educação inclusiva.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Transtorno do Espectro Autista é caracterizado por alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, com manifestações que variam em intensidade e funcionalidade. O DSM-5 organiza o TEA em níveis de suporte, que vão desde a necessidade de apoio leve até apoio substancial, refletindo a heterogeneidade do transtorno. Essas diferenças reforçam a necessidade de estratégias educacionais flexíveis e individualizadas.

A literatura aponta que o processo de escolarização de estudantes com TEA é atravessado por múltiplos fatores, como a formação docente, a organização curricular, a adaptação do ambiente escolar e o trabalho articulado entre educação, saúde e família. A ausência de preparo adequado dos profissionais da educação ainda se configura como um dos principais entraves à inclusão efetiva.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com levantamento de estudos publicados no Brasil após a promulgação da Lei nº 12.764/2012. Foram analisados artigos científicos que abordam o autismo em interface com a educação, a inclusão escolar e as práticas pedagógicas. A seleção considerou critérios de relevância temática, período de publicação e contribuição para a compreensão da inclusão educacional de pessoas com TEA.



DISCUSSÃO

Os estudos analisados evidenciam que, embora haja avanços normativos e maior visibilidade do tema, a inclusão escolar de estudantes com TEA ainda ocorre de forma desigual. Grande parte das pesquisas concentra-se na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, havendo escassez de produções voltadas ao ensino médio, superior e à formação para o trabalho. Outro aspecto recorrente é a necessidade de superação de práticas pedagógicas padronizadas, que desconsideram a diversidade dos modos de aprendizagem. A educação integral, entendida como aquela que contempla as dimensões cognitivas, sociais, afetivas e culturais do sujeito, emerge como um caminho promissor para a promoção da inclusão e da emancipação das pessoas com TEA.

CONCLUSÃO

A análise da produção científica revela que a inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista permanece como um desafio complexo e multifacetado. Apesar dos avanços legais, ainda são necessárias políticas públicas mais eficazes, investimentos na formação continuada de professores e a adoção de práticas pedagógicas interdisciplinares.

Conclui-se que a efetivação da inclusão exige uma mudança de paradigma educacional, pautada no reconhecimento da diversidade, na valorização das potencialidades individuais e na construção de uma educação integral e emancipadora. O fortalecimento do diálogo entre escola, família, profissionais da saúde e sociedade é fundamental para garantir o direito à educação de qualidade para pessoas com TEA.



REFERÊNCIAS

APA – AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 10 jan. 2026.

CUNHA, Eugênio. Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

RAMOS, Marise Nogueira. Concepção do ensino médio integrado. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio--integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2026.

SCHMIDT, Carlo (Org.). Autismo, educação e transdisciplinaridade. Campinas: Papirus, 2013.